



Engenheiros: Ordem assina "Declaração de Lisboa" com associações profissionais de 30 países

serviço áudio disponível em www.lusa.pt

Lusa

16:39 | Quarta feira, 12 de março de 2008

serviço áudio disponível em www.lusa.pt

Lisboa, 12 Mar (Lusa) - A Ordem dos Engenheiros assinou hoje um protocolo com 17 associações de engenheiros civis de 30 países de língua portuguesa e castelhana no qual defendem uma separação clara entre os títulos académicos e os títulos profissionais passados pelas associações.

Em declarações à Agência Lusa, o bastonário da Ordem dos Engenheiros, Fernando Santo, declarou que na chamada "Declaração de Lisboa" as associações também se comprometem a fazer esforços para facilitar a definição de regras para a admissão dos engenheiros civis de cada associação.

Estabelecem ainda que a profissão de engenheiro nos países signatários exige uma formação mínima de cinco anos.

"É uma declaração assinada entre [representantes profissionais provenientes de] um conjunto de trinta países onde vivem mais de 630 milhões de pessoas, ou seja, mais de 10 por cento da população mundial", afirmou o bastonário português, Fernando Santo.

O responsável explicou que através deste protocolo se procurou "assumir um compromisso de responsabilidade perante a sociedade naquilo que são os grandes vectores de intervenção da engenharia civil na satisfação de carências básicas, como redes de água, de saneamento de energia e o desenvolvimento sustentável".

Por outro lado, acrescentou, também é uma declaração que assume de parte dos engenheiros preocupações relativamente "aos países que têm hoje riscos sísmicos e a protecções de orlas costeiras contra maremotos e tsunamis".

"É toda uma actividade de engenharia civil que tem estado um pouco esquecida ou menos visível na sociedade mas que é imprescindível para o seu desenvolvimento sustentável", sublinhou Fernando Santo.

Relativamente ao reconhecimento dos cursos de engenheiros portugueses nos outros países, Fernando Santo lembrou que nos países de língua oficial portuguesa já existem protocolos assinados, pelo que "os engenheiros membros da Ordem dos Engenheiros de Portugal podem inscrever-se directamente na ordem dos engenheiros de Angola, Cabo Verde e Moçambique".

"O que nos assumimos como compromisso [através da assinatura do novo protocolo] foi que todas as associações irão fazer esforços para poderem mais facilmente definir as regras para admissão de cada engenheiro de cada associação", precisou.

O bastonário da Ordem dos Engenheiros adiantou também que as associações profissionais de engenheiros civis de países de língua oficial portuguesa e castelhana estabeleceram que "em todos os países a profissão de engenheiro exige uma formação mínima de cinco anos".

"Assumimos a separação entre os títulos académicos dados pelas universidades e os títulos profissionais que devem ser dados pelas associações de profissionais", sublinhou.

O responsável afirmou que a reorganização do processo de Bolonha em Portugal não interfere com o compromisso assumido, uma vez que este "está em sintonia com os princípios assumidos".

"Também assumimos que as universidades devem ser submetidas a sistemas de avaliação de qualidade para que a qualidade das formações que visam competências que devem ser definidas pelas associações de profissionais possam dar a garantia de confiança de mobilidade e para que o título profissional corresponda a um conjunto de competências aceites por todos os parceiros".

Para Fernando Santo, este é o primeiro passo para que "a globalização possa ser dada com passos seguros dentro de uma profissão que tem grandes responsabilidades públicas e que não se pode confundir com formações muito diferenciadas de país para país".

SK.

Lusa/Fim